

CENTRO UNIVERSITÁRIO SUL DE MINAS - UNIS

PEDAGOGIA

THIAGO DA SILVA CARVALHO

PEDAGOGIA SOCIAL: uma educação transformadora

VARGINHA

2020

THIAGO DA SILVA CARVALHO

PEDAGOGIA SOCIAL: uma educação transformadora

Trabalho apresentado ao curso de Pedagogia da
Instituição Centro Universitário Sul de Minas - UNIS
como pré-requisito para obtenção do grau de
licenciatura sob orientação da prof. Ma. Vânia de
Fátima Flores Paiva.

VARGINHA

2020

THIAGO DA SILVA CARVALHO

PEDAGOGIA SOCIAL: uma educação transformadora

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da
Instituição Centro Universitário Sul de Minas - UNIS
como pré-requisito para obtenção do grau de
licenciatura pela Banca Examinadora composta pelos
membros:

Aprovado em: / /

Prof. Ma. Vânia de Fátima Flores Paiva

Prof.

Prof.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom de minha vida e vocação, e pelos grandiosos milagres realizados no cotidiano de minha caminhada.

De forma sublime, aos meus familiares e amigos mais próximos por todo o carinho, presença e apoio solidário durante este longo processo vivenciado.

Minha imensa gratidão à Família Religiosa dos Irmãos do Sagrado Coração, da qual tenho o privilégio de fazer parte, por acreditarem e investirem na concretização de minhas idealizações e sonhos almejados. Sobretudo, por serem o grande referencial de Deus em minha vida. De forma especial, ao Irmão Juvânio Gonçalves Costa, SC, Superior Provincial, que me acompanhou e orientou neste processo formativo. E a todos os Irmãos, pelo incentivo, orações, e pelo amor fraterno manifestado a partir de nossas vivências compartilhadas.

Minha especial gratidão a minha orientadora Prof.^a. Ma. Vânia de Fatima Flores, que me acompanhou e orientou com muita paciência, centralidade, dedicação, empenho, presença e compreensão.

A Prof.^a. Ma. Scheilla Guimarães de Oliveira, coordenadora do curso de Pedagogia, por sua cordial e atuante presença, pelo incentivo, e sobretudo, por acreditar sempre em minha capacidade.

Sou grato também a Prof.^a Carmen Silvia, por ter corrigido a ortografia gramatical e a Prof.^a. Dr.^a. Terezinha Richartz, pela correção das normas técnicas metodológicas e por toda a sua disponibilidade, empenho e dedicação.

De forma genuína, agradeço também aos meus professores e professoras destes quatro anos do curso de Pedagogia, que me proporcionaram, a partir de seus saberes e experiências de vida, um processo integrativo e dinâmico, contribuindo eficazmente para o desenvolvimento de minhas potencialidades.

Enfim, tenho uma profunda gratidão eterna a todos aqueles e aquelas que estiveram presentes e unidos comigo durante esta bela etapa formativa de minha vida.

“Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire

RESUMO

É por meio da educação que acontecem aprendizados e conhecimentos significantes que permitem ao indivíduo decifrar o mundo que o rodeia. Reconhecendo a Pedagogia Social como um processo diretamente inserido nos contextos sociais, as instituições passam a ser percebidas como um importante espaço de sociabilidade, onde alunos, professores, familiares e toda a comunidade mantêm fortes vínculos. O presente trabalho apresenta como objetivo geral analisar a importância da Pedagogia Social no contexto de ambientes não formais e como objetivos específicos: descrever sobre educação formal e não formal; Contextualizar a Pedagogia Social como uma prática pedagógica transformadora; Reconhecer a importância do educador social para alcançar uma educação transformadora. O trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica e leitura sistematizada, baseado em estudos desenvolvidos por diversos estudiosos. Com os resultados obtidos, conclui-se que a pedagogia social se fundamenta em práticas educativas pautadas no compromisso com a realidade social. Suas práticas interferem de maneira significativa na comunidade onde está inserida.

Palavras-chave: Pedagogia Social. Educador Social. Educação Social.

ABSTRACT

It is through education that significant learning and knowledge takes place that allow the individual to decipher the world around him. Recognizing Social Pedagogy as a process directly inserted in social contexts, institutions come to be perceived as an important space of sociability, where students, teachers, family members and the whole community maintain strong bonds. The present work has as general objective to analyze the importance of Social Pedagogy in the context of non-formal environments and as specific objectives: to describe about formal and non-formal education; Contextualize Social Pedagogy as a transformative pedagogical practice; Recognize the importance of the social educator to achieve transformative education. The work was carried out through a bibliographic search and systematic reading, based on studies developed by several scholars. With the results obtained, it is concluded that social pedagogy is based on educational practices based on the commitment to social reality. Its practices significantly interfere in the community where it operates.

Keywords: *Social Pedagogy. Social educator. Social Education.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Dimensões Basilares da Pedagogia Social	25
Figura 02 – Eixos fundamentais da metodologia da Pesquisa Social	27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL.....	12
2.1 Educação formal.....	13
2.2 Educação não formal.....	14
3 A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO SOCIAL.....	16
4 A EDUCAÇÃO DO PONTO DE VISTA DA TEORIA CRÍTICA.....	18
5 O PAPEL DA PEDAGOGIA.....	20
6 PEDAGOGIA SOCIAL COMO UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA.....	22
6.1 Concepções da Pedagogia Social.....	23
6.2 Dimensões da pedagogia social.....	24
6.3 Aspectos metodológicos da pedagogia social.....	26
6.3.1 O Projeto Político-Pedagógico.....	28
6.3.2 O papel da ação e pesquisa.....	30
6.3.3 A ludicidade e o brinquedo.....	31
7 A AFETIVIDADE NO CONTEXTO DA PEDAGOGIA SOCIAL.....	33
8 O EDUCADOR SOCIAL COMO UM MEDIADOR SOCIAL.....	36
9 O EDUCADOR SOCIAL E A CONTRIBUIÇÃO DE PAULO FREIRE.....	39
10 CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta como temática a Pedagogia Social enquanto uma educação transformadora que abrange uma prática educacional voltada às questões sociais mais amplas.

A educação é uma ciência humana que possui muitas atribuições, entre elas o ato ou o efeito de educar. Pádua et al. (2013) salientam que a educação é um processo com estreita relação entre quem ensina e quem aprende, um não existe sem o outro. Nessa percepção, é impossível pensar em escola sem considerar a sociedade que nela está inserida. Em diferentes espaços sociais os sujeitos constroem suas próprias identidades e levam suas experiências para o processo educativo, daí surge a importância de a escola ser concebida como integrante da sociedade.

Em seus estudos, Libâneo (2005) afirma que não existe uma única forma nem um único modelo para a educação. A escola não é o único lugar onde a educação acontece e talvez nem seja o melhor. Sendo assim, é possível analisar a educação como um fenômeno que se realiza em diversos lugares, institucionalizados ou não, diante de amplas dimensões e organizações, que requerem uma visão ampla para compreender que a educação se expande em todas as dimensões da sociedade.

Já a educação social surge na atualidade como um projeto de intervenção que estabelece intensa relação entre o saber próprio e a experiência do terreno do trabalho social. Carvalho e Baptista (2004, p. 07) acreditam que a educação social “impulsiona, cada vez mais, novos horizontes para a investigação e para um importante conjunto de profissionais”. Dessa maneira é necessário inovar e criar uma estruturação transdisciplinar que assegure a funcionalidade desta educação.

Na educação social, projetam sua capacidade de iniciativa um amplo conjunto de pessoas, coletividades e instituições estimuladas por um desejo animador: alargar os significados pedagógicos e sociais do cotidiano, reconhecendo-lhes um protagonismo especial na procura de um desenvolvimento humano que seja integral e integrador, sustentado nos valores e ideias revigoram as democracias e às suas irrenunciáveis aspirações à uma convivência plural e tolerante, que seja livre, justa, equitativa e pacífica (CARIDE, 2005, p. 10).

Sendo assim, a educação social está voltada para uma pedagogia que surge com a necessidade de mudar e transformar a realidade local, com ela surgem as práticas voltadas para a construção de uma sociedade respeitosa com os direitos da cidadania. Não somente nas palavras, mas também nos atos.

Nessa perspectiva, foi construído como problema de pesquisa a seguinte questão: de que forma a Pedagogia Social viabiliza um processo educativo transformador no contexto de uma instituição social?

Ao destacar a importância do papel da Pedagogia Social para os indivíduos, Graciani (2014) destaca que ela é uma das formas mais sensíveis ao apelo da participação crítica, criativa e política, visto que está comprometida com a gestão de uma cultura democrática, não somente nas relações internas do grupo, como também na comunidade em que participa.

De acordo com Caliman (2019) no Brasil, a Pedagogia Social é entendida como uma ciência sensível à dimensão humana, uma ciência que está voltada para a educação social dos indivíduos. O autor ainda destaca que a Pedagogia Social brasileira é uma pedagogia crítica, que busca a emancipação dos indivíduos por meio de análises das condições de desigualdade social, sempre com um intuito educativo.

Um exemplo deste trabalho é o realizado pelo Centro Social Juvenato, que foi inaugurado em 2003, na cidade de Paraguaçu, Minas Gerais. Neste centro há um projeto social que desenvolve um trabalho educacional e socioassistencial voltado às crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Já foram atendidas aproximadamente 1.500 crianças e adolescentes oriundos da zona urbana e zona rural de Paraguaçu, Minas Gerais. Atualmente são 170 educandos atendidos pela instituição.

O Centro Social Juvenato atua no contra turno escolar desenvolvendo o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, oferecendo um espaço de formação e proteção adequada, convívio respeitoso, valores morais, trabalhando para a formação integral das crianças e adolescentes, atendendo às especificidades da Pedagogia Social.

Por meio da Pedagogia Social o Centro Social Juvenato busca valorizar a emancipação das famílias e trabalha para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes acolhidos. Nesse sentido, o trabalho justifica-se pela influência da Pedagogia Social como um processo educativo transformador para a vida do educando.

Dessa maneira, o presente trabalho apresenta como objetivo geral analisar a importância da Pedagogia Social no contexto de ambientes não formais; e como objetivos específicos diferenciar educação formal e não formal; descrever a Pedagogia Social como uma prática pedagógica transformadora; e demonstrar a importância do educador social para alcançar uma educação transformadora.

O trabalho realizado poderá favorecer uma tomada de consciência maior sobre a Pedagogia Social em uma perspectiva que viabiliza a construção de uma aprendizagem significativa e crítica, alicerçada nas relações de convivência e interação com o meio social.

Por meio deste trabalho será possível ter conhecimento e clareza sobre a ação educativa realizada em ambientes não escolares, compreender a função dos educadores sociais e suas práticas educativas e, sobretudo, como se fundamenta em ser uma educação transformadora.

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica e leitura sistematizada, baseado em estudos desenvolvidos por diversos autores como: Veiga (2001), Marques (2014), Carvalho e Baptista (2004), Machado, Rodrigues e Severo (2014), Gomes (2015), Pádua et al (2013), Graciani (2014), Gohn (2006), Diaz (2006), Muller (2017), entre outros.

2 EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, de 1996, foi construída baseada na Constituição Federal de 1988 e pode ser considerada como um marco significativo para a educação brasileira. De acordo com Martins (2012), com essa Lei de 1996 aconteceu uma reforma educacional brasileira que estabeleceu novos parâmetros, princípios e rumos para a educação nacional.

Conforme a LDB, em seu artigo primeiro, a educação nacional abrange os processos formativos, sejam eles na vida familiar, no trabalho, na convivência humana, entre outras instituições. De acordo com a Lei, a educação escolar possui maior predominância em instituições próprias e esta deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 2005).

A educação está presente por inteira em todos os ambientes, é por meio dela que se constroem aprendizados e conhecimentos significantes, na qual, possibilitam ao educando decifrar o mundo. Freire (1996, p. 9), conceitua a educação como “um processo humanizante, social, político, ético, histórico, cultural, e afirma que a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. O estudioso analisa que a educação é concebida como uma construção do saber na dimensão da totalidade do ser humano, ou seja, em sua dimensão integral. O ensino, viabilizado pela ação pedagógica é uma prática transformadora quando construído socialmente.

A finalidade da educação é tornar a vida mais prazerosa, permeada por um grande sentido e significado, possuindo objetivos unificadores que possibilite ao ser humano uma consciência autônoma, criativa e produtiva, para que possa viver a vida com mais qualidade e intensidade (CARVALHO, 2004).

Para Gadotti (2005) a educação é um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos possam ter acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade. A educação é um direito de todo indivíduo, como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática. Por isso, o direito à educação é reconhecido e consagrado na legislação de praticamente todos os países e, particularmente, negar o acesso a esse direito é negar o acesso aos direitos humanos fundamentais. Ela é reconhecida como um direito de cidadania, sempre proclamado como prioridade, mas nem sempre cumprido e garantido na prática.

Educação não é somente aquela fornecida pela instituição de ensino formal, a Escola. Com toda a certeza ela vai além, até porque todo e qualquer espaço que há pessoas pode-se

dizer que há aprendizagem, afinal, é no lidar com outro que se constroem os conceitos – alteridade. Na família, na comunidade e onde haja interação, há aprendizagem. Sendo assim, verifica-se que a educação é abrangida em duas dimensões: a educação formal e a educação não formal. Estas duas dimensões da educação se complementam contribuindo para o desenvolvimento integral do cidadão e é sobre isso que será tratado nas seções seguintes.

2.1 Educação formal

Assegurada, desde a Constituição Federal de 1988, a educação formal é entendida como um direito de todos e dever da família e do Estado. Por meio da educação formal, o indivíduo possui a oportunidade de se desenvolver, é preparado para exercer sua cidadania e qualificado para o mercado de trabalho (GOHN, 2006).

Além da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também trata da educação formal, compreendendo-a desde a educação infantil até o ensino superior. Gohn (2006) corrobora com essa afirmação ao pontuar que a LDB trata, em seu artigo 4º, sobre o dever do estado em oferecer uma educação escolar pública em creches, na educação infantil, no ensino fundamental, acesso aos níveis mais elevados do ensino, atendimento educacional especializado para alunos que apresentam algum tipo de necessidade educacional especial, ensino noturno para a educação de jovens e adultos e padrões mínimos de qualidade para que aconteça a uma qualidade no ensino.

A Educação formal é definida por Gadotti (2005), como: clara, objetiva, específica, representada pelas escolas e universidades. Precisa de uma matriz educacional e possui como centralidade um currículo com suas estruturas hierárquicas e burocráticas, tendo o Ministério da Educação como órgão máximo estabelecedor de políticas e formas de atuação e fiscalização sobre o seu funcionamento.

A educação formal ocorre nas escolas onde o ensino é organizado de forma sistemática, padronizada e programática pelo ensino coletivo. Ao descrever sobre a educação formal Gohn considera que:

Na educação formal, entre outros objetivos destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais se destacam o de formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências variadas, desenvolver a criatividade, a percepção, a motricidade etc (2006, p. 29).

Sendo assim, a educação formal precisa de tempo, local específico, equipe especializada, organização de vários tipos (inclusive a curricular), sistematização sequencial das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores, entre outros.

Gohn (2006) também considera que os espaços da educação formal acontecem nas escolas, regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas de acordo com diretrizes nacionais. Nela os ambientes são normatizados com regras e padrões previamente estabelecidos.

2.2 Educação não formal

Ao comparar a educação formal com a não formal, Moacir Gadotti afirma que a educação formal possui seus objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas universidades e escolas. Sua diretriz está centralizada com o currículo, com estruturas burocráticas e hierárquicas. Já a educação não formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Na educação não formal os programas de educação não precisam seguir um sistema sequencial e hierárquico, podendo ter duração variável e conceder certificados de aprendizagem (GADOTTI, 2005).

As sistematizações na organização do ensino da educação não formal não seguem um sistema padronizado e unificado, é norteadada pela realidade social dos educandos e alicerçada em práticas educativas lúdicas, viabilizadas por um trabalho de convivência e fortalecimento de vínculos. Gohn (2006) corrobora com esta afirmação ao salientar que na educação não-formal os espaços educativos acompanham a trajetória de vida dos indivíduos, acontecendo em ambientes interativos construídos de maneira coletiva.

Gohn, acrescenta que:

A educação não formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. Em suma, consideramos a educação não formal como um dos núcleos básicos de uma Pedagogia Social (2006, p. 01).

Nesse sentido, pode-se observar que a educação não formal não é simplesmente o oposto de educação formal, mas é a educação que faz inter-relação da aprendizagem com a

vivência, o que faz do indivíduo estabelecer autonomia e lutar para realização de sonhos, capaz de inconformar-se com um destino pré-traçado.

Conforme Oliveira:

A educação não formal constitui-se como modalidade educativa capaz de efetivamente contribuir para que os indivíduos se tornem cidadãos, capacitando-os por meio do conhecimento do mundo e das relações sociais que se estabelecem no cotidiano de suas vidas, a pensarem criticamente sobre si e sobre o mundo, favorecendo a ação ativa, criadora e transformadora da realidade em que se encontram (2017, p. 03).

É na educação não formal que o indivíduo é reconhecido como um todo. Na perspectiva de Gohn (2008), a educação não formal não substitui e nem compete com a educação formal, isso porque uma é complementação da outra. A educação não formal tem alguns de seus objetivos próximos da educação formal, como a formação de um cidadão pleno, mas ela tem também a possibilidade de desenvolver alguns objetivos que lhes são específicos, via a forma e espaços onde se desenvolvem suas práticas, a exemplo de um conselho, ou a participação em uma luta social contra as discriminações, por exemplo, a favor das diferenças culturais, entre outras.

A integração dessas duas formas de educação é fundamental para o desenvolvimento do ser humano em sua vida escolar e social. Sendo assim, Carvalho e Baptista (2004) analisam que a educação não formal é um acréscimo de uma educação que interage com a aprendizagem, possibilitando uma relação de vivências que proporcionam aos indivíduos o estabelecimento da autonomia. Isso porque, ela dá força e ânimo para que o ser humano possa lutar pelos seus sonhos em conquistar um mundo mais humanizado, justo, fraterno e compartilhado em equidade.

3 A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO SOCIAL

Atualmente, uma tomada de consciência concentra-se sobre a educação, encarando-a não mais como instrumento de conservantismo, mas como um meio eficaz de provocar profundas mudanças na sociedade. É preciso pensar de uma educação estática para uma educação dinâmica, de uma educação que aspira unicamente a manter a ordem social, para uma educação que seja instrumento de mudança social (GARRIDO; CARO; EVANGELISTA, 2011). Isso porque é impossível considerar a educação como uma instituição isolada, visto que ela está intrinsecamente ligada à sociedade.

Há cada vez mais a necessidade de que a educação promova a integração entre os aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais, sabendo-se que os alunos são seres complexos e indivisíveis. Acredita-se na construção do conhecimento, no valor da brincadeira e experiências concretas de aprendizagem, no valor construtivo do erro, no simbolismo de ações infantis, em ambientes adequados e no desenvolvimento de autonomia, autoestima e na formação de valor (GRACIANI, 2014).

Conforme Rodrigues (2004), a educação é o elemento da vida social responsável pela organização da experiência dos indivíduos na vida cotidiana, pelo desenvolvimento de sua personalidade e pela garantia da sobrevivência e do funcionamento das próprias coletividades humanas. Sendo assim, as práticas educacionais passam a ser ações diretamente relacionadas com as normas vigentes e com os valores que os indivíduos compartilham no contexto de uma determinada sociedade.

Marques (2014) afirma que pensar em educação é pensar nas condições sociais dos indivíduos, isso porque na educação é preciso considerar o ser humano que pensa, sente, cria, estabelece vínculos, se adapta, se inventa e se reinventa.

Bolorino (2012) defende a ideia de que a educação é um processo social vivenciado no contexto da sociedade civil e protagonizado por diferentes sujeitos sociais. A luta pela educação constitui uma das expressões da questão social, visando o atendimento de uma necessidade social, reconhecendo-a como direito social.

A educação social refere-se às vivências, conhecimentos, saberes e competências desenvolvidas no mundo da vida. A concepção implícita no conceito educação social é a de que todos os espaços são potencialmente pedagógicos e as relações humanas e sociais devam ser preponderantemente pedagógicas (GARRIDO; CARO; EVANGELISTA, 2011).

Carvalho e Baptista (2004) destacam que a educação social representa para as últimas décadas, uma frente avançada da dinâmica educacional. Para os autores, o surgimento da

educação social foi decorrente do crescimento da exclusão social. Desse modo a educação social pode ser definida como uma expressão da responsabilização da sociedade diante dos problemas humanos que a percorrem.

A educação social surge das necessidades derivadas da realidade cambiante. Existe, igualmente, uma legitimação e fundamentação da educação social em diversos textos legais, onde é reconhecida a filosofia das políticas sociais de cada país. Desse modo, não há uma forma única de entender a educação social, mas sim diversas concepções de acordo com espaços e momentos (DÍAZ, 2006).

Sendo assim, a educação social pode ser entendida como um acréscimo à educação formal, isso porque por meio das atividades trabalhadas em instituições, quem não teve acesso à educação formal, pode sentir-se membro e parte da construção de uma vida em sociedade. Graciani (2014) corrobora com essa afirmação ao destacar que a educação social faz com que o indivíduo se sinta atuante na sociedade, reconhecendo-se como um cidadão portador de direitos e deveres, como todas as pessoas.

4 A EDUCAÇÃO DO PONTO DE VISTA DA TEORIA CRÍTICA

A teorização crítica entende o processo educativo como uma formação para a conscientização e a transformação social dos sujeitos envolvidos no processo educacional. Essa concepção está alinhada com o objeto da pedagogia social dos dias atuais.

A Pedagogia Social se insere no debate como a ciência que referenda políticas de formação do educador para atuar na área social e como prática intervencionista, justificando-se assim, a dimensão teórico-prática nesta dimensão [...] (ROBERTO MACHADO, 1982 *apud* PÁDUA et al., 2013, p. 64).

Nesse sentido, o autor faz referência para o papel da Pedagogia Social, que é a intervenção na realidade e uma ciência que propicia a criação de conhecimentos, sistematização e reorganização do trabalho pedagógico.

A teoria crítica baseia-se em dois princípios fundamentais: o comportamento crítico e a orientação para a educação. Conforme Gomes (2015), entre os diversos estudiosos sobre essa temática, Theodor Adorno destaca-se por abordar o tema educacional. Para ele a educação necessita ter abrangência crítica e precisa expressar uma perspectiva emancipatória. Dessa maneira, o educador social precisa despertar em seus alunos a formação do senso crítico, buscando a realização da experiência formativa e da emancipação.

Pierre Bourdieu aponta que a educação se dá por meio de reprodução social e cultural. A educação contribui para a reprodução social por meio de práticas de linguagem, da atribuição de valores, da exaltação e diferenciação de estilos. Bourdieu acredita que as escolas não sejam apenas locais de instrução, mas também lugares nos quais a cultura da sociedade dominante é aprendida e distinguida (RODRIGUES, 2004).

Para Silva (1999) *apud* Pádua et al (2013) na teorização crítica não é viável trabalhar conteúdos e contextos históricos de maneira isolada, desconsiderando a cultura e as condições sociais e políticas da sociedade. Nos dias atuais, a visão tradicional de ensino e aprendizagem escolar, afastada dos contextos sociais, é descartada. Faz-se necessário desvelar a realidade e mostrar a desigualdade existente dentro da ordem social.

A teoria crítica educacional visa à promoção de uma pedagogia social crítica, comprometida com os imperativos de autorizar os estudantes e transformar a ordem social mais ampla no interesse de uma democracia mais justa e igualitária. Uma compreensão crítica desse relacionamento (escola, professor e educando) torna-se necessária para que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional reconheçam como a cultura escolar dominante se utiliza de práticas hegemônicas que na maioria das vezes ocultam, silenciam e inviabilizam os grupos estudantes oriundos de segmentos subordinados da população (PÁDUA et al., 2013, p. 66).

Embora a teoria crítica tenha uma maior relação com as organizações escolares, seu novo entendimento está baseado em novas práticas educacionais, abrangendo a educação que acontece em instituições não escolares. Nesse sentido, a teorização crítica promove um novo entendimento partindo de princípios democráticos, comunitários e participativos voltados às organizações educacionais.

A concepção da teoria crítica busca despertar a reflexão e a capacidade criadora para o alcance da transformação da realidade. Para isso é necessário lançar desafios permanentes aos alunos, utilizando situações concretas, colocando-os em posição reflexiva, em que utilizem materiais e conhecimentos acumulados no passado para resolver os problemas da atualidade (PÁDUA et al., 2013).

Na perspectiva de Batista (2000) a teoria crítica contribui de maneira significativa para a psicologia do desenvolvimento e à pedagogia por ela inspirada. O objetivo principal desta articulação é uma educação emancipatória, cujo projeto encontra-se limitado pelas condições objetivas.

Ao ser situada nos limiares críticos, a educação social da comunidade educativa e da comunidade científica, respectivamente, através de práticas e dos saberes do senso comum, das finalidades emancipadoras e das ciências sociais e humanas, a atividade de formação de seus profissionais terá que assumir plenamente as dimensões sistêmica, hermenêutica e projetiva da própria educação social (CARVALHO; BAPTISTA, 2004).

5 O PAPEL DA PEDAGOGIA

A pedagogia pode ser definida como a ciência da educação e do ensino. Em meados do século XIX, pensadores alemães estabeleceram as bases de uma perspectiva pedagógica orientada aos processos socioeducativos que se articulavam mais fortemente a socialização cultural e a formação de identidades no âmbito da vida em sociedade (MACHADO; RODRIGUES; SEVERO, 2014).

Para Pádua et al (2013) a pedagogia compreende o estudo dos múltiplos ideais de educação, empreendido por estudiosos e especialistas na área. Esses ideais são articulados com as diversas concepções de indivíduo e de suas relações com a vida social. Trata-se de uma ciência que possui como finalidade educativa a interlocução entre disciplinas humanísticas como história da educação, sociologia, antropologia, filosofia, entre outras.

Libâneo (2005) considera que a pedagogia é o campo que se ocupa com o estudo sistemático das práticas educativas que se realizam em sociedade como processos fundamentais da condição humana. A pedagogia pode ser definida como ciência da educação, servindo para investigar a natureza, as finalidades e os processos necessários às práticas educativas com o objetivo de propor a realização desses processos nos vários contextos em que essas práticas ocorrem.

A pedagogia entendida por Libâneo é o modo como se ensina o modo de ensinar a matéria, o uso de técnicas de ensino. O pedagógico está relacionado ao metodológico, aos procedimentos.

A pedagogia ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. O pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa. Nesse entendimento, o fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade. É por isso que a pedagogia expressa finalidades sociopolíticas, ou seja, uma direção explícita da ação educativa (LIBÂNEO, 2005, p. 29).

Sendo assim, a pedagogia pode ser entendida como uma ciência de e para a educação. É uma forma de expressar o ato educacional do ser humano, que se explica na prática com sua própria ação.

Machado, Rodrigues e Severo (2014) conceituam a Pedagogia como Ciência da Educação e a Pedagogia Social como uma teoria geral da Educação Social. Tanto a Pedagogia quanto a Pedagogia Social se configuram como construtos conceituais com denso espectro de significados que variam em diversos aspectos, circunstância pela qual se torna relativa

qualquer tentativa ou esforço teórico de construir um argumento de crítica relacional entre os mesmos.

A pedagogia fundamenta-se em um conceito ampliado de educação. As práticas educativas não se restringem à escola ou à família. Elas ocorrem em todos os contextos e âmbitos da existência individual e social humana, de modo institucionalizado ou não, sob várias modalidades. Entre essas práticas, há as que acontecem em instituições não convencionais de educação, mas com certo nível de intencionalidade e sistematização, caracterizando a educação não formal (LIBÂNEO, 2005).

6 PEDAGOGIA SOCIAL COMO UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

Nos dias atuais, a Pedagogia Social ocupa um lugar de destaque na educação. Isso porque busca transformar as condições de opressão existentes na sociedade. Graciani (2014) caracteriza a Pedagogia Social como uma ciência transversal que busca atender as necessidades populares e enraizar a cultura dos povos.

A Pedagogia Social pode ser definida como um novo paradigma pedagógico, que consiste em unir propostas para formar um indivíduo capaz de interagir e transformar a realidade em que vive. Para Graciani (2014, p. 38) “sua proposta consiste em uma contribuição fundamental para que o educando construa uma representação de si mesmo e do mundo do qual é parte”. É por meio da Pedagogia Social que ele desvela o sentido e o significado de sua presença perante o mundo.

A consolidação de uma sociedade voltada ao atendimento de crianças, adolescentes, mulheres e idosos em situação de vulnerabilidade e risco social tem sido almejada por aqueles que combatem as péssimas condições de vida existentes nas ruas, becos, viadutos, faróis de trânsito e os albergues, com um esforço consistente e urgência o reconhecimento de ações que implicam na tentativa de superação (GARRIDO; CARO; EVANGELISTA, 2011).

Nesse sentido, a Pedagogia Social visa desenvolver um trabalho que valorize o processo de interação dos indivíduos em seu ambiente, de integração social e de valores.

A Pedagogia Social coloca em relevo questões sobre o papel da educação na sociedade contemporânea e realça as possibilidades de intervenção socioeducativa desde uma perspectiva pedagógica autêntica. É por esse viés que ela dialoga com o campo científico da Pedagogia no Brasil e possibilita referenciais para a construção de propostas de formação e prática pedagógica para além da docência escolar, embora suas contribuições teóricas e práticas também sejam pertinentes à tarefa da escola, considerando o objetivo da socialização em contextos formativos cada vez mais complexos e dinâmicos que desafiam a perspectiva tradicional de ensino unicamente preocupado com o desenvolvimento de competências cognitivas baseadas no domínio de saberes disciplinares (MACHADO; RODRIGUES; SEVERO, 2014).

A partir da crença de que é possível e necessário mudar a ordem das coisas, a Pedagogia Social instiga a capacidade de sonhar com uma realidade mais humana, menos feia e mais justa, pois é sabido que existem muitas injustiças e mudar o mundo é difícil, mas nada de humano existiria em nós se não tentássemos (GRACIANI, 2014, p. 20).

Sendo assim, a Pedagogia Social está voltada para os anseios do indivíduo, considerando a reconstrução humana como algo possível de acontecer, desde que possua como princípio os desejos do educando.

6.1 Concepções da Pedagogia Social

É visando a mudança paradigmática e no espaço amplo e impreciso das ciências da educação que surge a Pedagogia Social, trazendo consigo a inevitável interrogação sobre a legitimidade científica da própria pedagogia, uma área tradicionalmente prestigiada no seio dos saberes educacionais, mas que, entretanto, foi sendo desacreditada em virtude da sua reconhecida ligação ao mundo filosófico e metafísico (BAPTISTA, 2008).

O objeto da Pedagogia Social é a Educação Social, o qual define o conteúdo dessa disciplina: a relação da educação com a sociedade. O olhar da Pedagogia Social produz saberes e fundamenta competências que ampliam as possibilidades de crítica e proposição nos contextos da educação, reconhecendo a sua dimensão social em múltiplas conexões e enfatizando o potencial socializador da educação como razão para o enfrentamento de problemáticas sociais a partir da contribuição que os processos educativos podem oferecer (MACHADO; RODRIGUES; SEVERO, 2014).

Baptista analisa a Pedagogia Social como:

[...] o objeto de estudo da Pedagogia Social remete-nos para uma realidade antropológicamente densa, complexa e multifacetada – a práxis socioeducativa numa perspectiva de cidadania social. Ao mesmo tempo em que se promove a capacitação subjetiva e cívica das pessoas, trata-se de procurar fazer sociedade num mundo que nos surge como fragmentado, incerto, vulnerável e líquido, apostando para tal na ligação orgânica entre aprendizagem, vida e experiência comunitária. Estamos, pois, perante um conhecimento construído na interface entre as áreas da educação e da solidariedade social, num contexto de mutação paradigmática dos respectivos campos de referência (2008, p. 7 - 8).

Nesse sentido, percebe-se que o objetivo principal da Pedagogia Social é a preparação do indivíduo para sua vida em sociedade, considerado suas experiências, vivências e o aprendizado que trazem do seio familiar e social. O trabalho com essa ação educativa tem o intuito de promover experiências que possibilitem uma aproximação do conhecimento com sua vida social, estabelecendo vínculos.

A concepção descrita por Caliman (2009) sobre a Pedagogia Social, é que ela possa ser considerada como uma ciência prática, social e educativa, não-formal, que justifica e

compreende em termos mais amplos, a tarefa da socialização, e, de modo particular, a prevenção e a recuperação no âmbito das deficiências da socialização e da falta de satisfação das necessidades fundamentais.

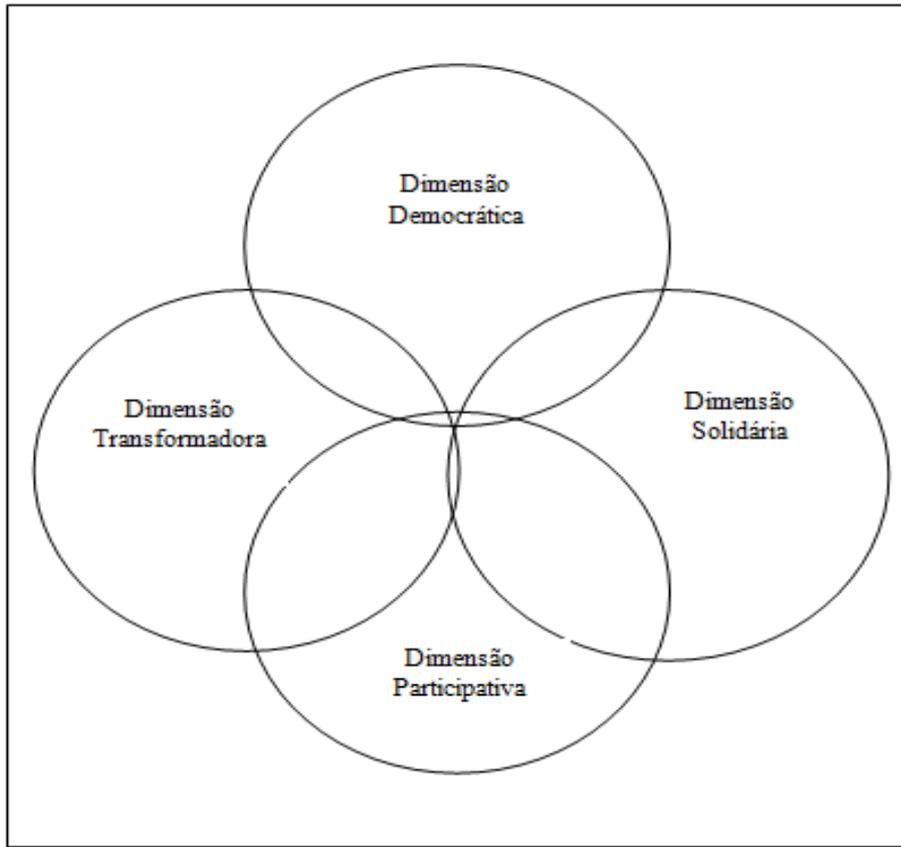
Segundo Graciani (2014), a Pedagogia Social é aquela que oferece ao indivíduo a possibilidade de aprender por meio das oportunidades e dos meios oferecidos pela vida no cotidiano. Os meios são as relações sociais, a construção de vínculos com as pessoas e o ambiente na qual se encontra inserido. A Pedagogia Social desperta no educando a motivação e o desejo de participar do meio social onde está inserido, permitindo ao indivíduo a liberdade e o desejo de refletir as suas práticas e buscar crescer na atualidade.

Para Martin (2001) a Pedagogia Social pode ser definida como um tipo de intervenção social, realizada desde estratégias e conteúdos educativos, em áreas de promoção do bem-estar e de melhora da qualidade de vida, mediante uma série de mecanismos (serviços sociais, políticas educativas e sociais).

6.2 Dimensões da pedagogia social

Conforme Graciani (2014), a pedagogia social visa o desenvolvimento humano com base no autoconhecimento (compreender-se e aceitar-se), na autovalorização (gostar de si mesmo, valorizar-se), na autoconfiança (apoiar-se, primeiro, em suas próprias forças); na autoprojeção (vislumbrar e realizar o seu projeto de vida); na autorrealização (consciência de estar no caminho certo e não estar parado); na autodeterminação (posicionar-se a partir de seus próprios pontos de vista e interesse); entre outros, perpassando as seguintes dimensões:

Figura 1: Dimensões Basilares da Pedagogia Social



Fonte: (GRACIANI, 2014, p. 23)

De acordo com a análise da figura 1, cabe ressaltar que a democracia implica em uma participação intensa e constante dos diferentes segmentos sociais. A consciência e a prática democrática, precisam ser exercidas dentro das instituições, de maneira que toda sociedade possa colocar em prática sua cidadania de forma consciente, intervindo e transformando a realidade em que vive (LUCK, 2009). Graciani (2014) reforça que a dimensão democrática se refere ao empoderamento de todos como protagonistas no desenvolvimento das atividades.

Já a dimensão solidária propicia a construção coletiva do novo conhecimento a partir da interlocução entre o saber técnico, científico e popular (GRACIANI, 2014).

A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação (MARQUES, 1990 *apud* VEIGA (org.), 2001 p. 18).

Sendo assim, fica claro entender que a participação é uma característica indispensável para a Pedagogia Social, uma vez que é por meio dela que busca-se alcançar os objetivos

educacionais com uma colaboração mais ampla e com maiores possibilidades de obter bons resultados.

Graciani (2014) acredita que a dimensão participativa envolve contribuições pluralistas de cada participante a construção protagônica da produção de conhecimento de todos.

O estilo democrático se assenta sobre a participação e a tomada de decisões compartilhada, onde todos da organização assumem responsabilidades conjuntas pelo desenvolvimento e realização de objetivos esperados (LUCK, 2011). Assim, a participação na Pedagogia Social procura criar um ambiente em que as pessoas se sintam à vontade para expressar suas ideias, experimentar novas ações e criar novos projetos.

Em relação a dimensão transformadora, é construída pelo esforço coletivo de registrar indicadores sociais que deem sustentação para a elaboração do projeto político pedagógico de qualquer programa (GRACIANI, 2014).

Ainda de acordo com Vasconcellos (2006), a dimensão participativa vai ajudar a organizar o processo de reflexão para procurar chegar a uma dimensão transformadora, por meio dela, os indivíduos vão aprendendo o jogo democrático, onde possuem todo o direito de se expressarem e de lutarem por suas ideias e convicções.

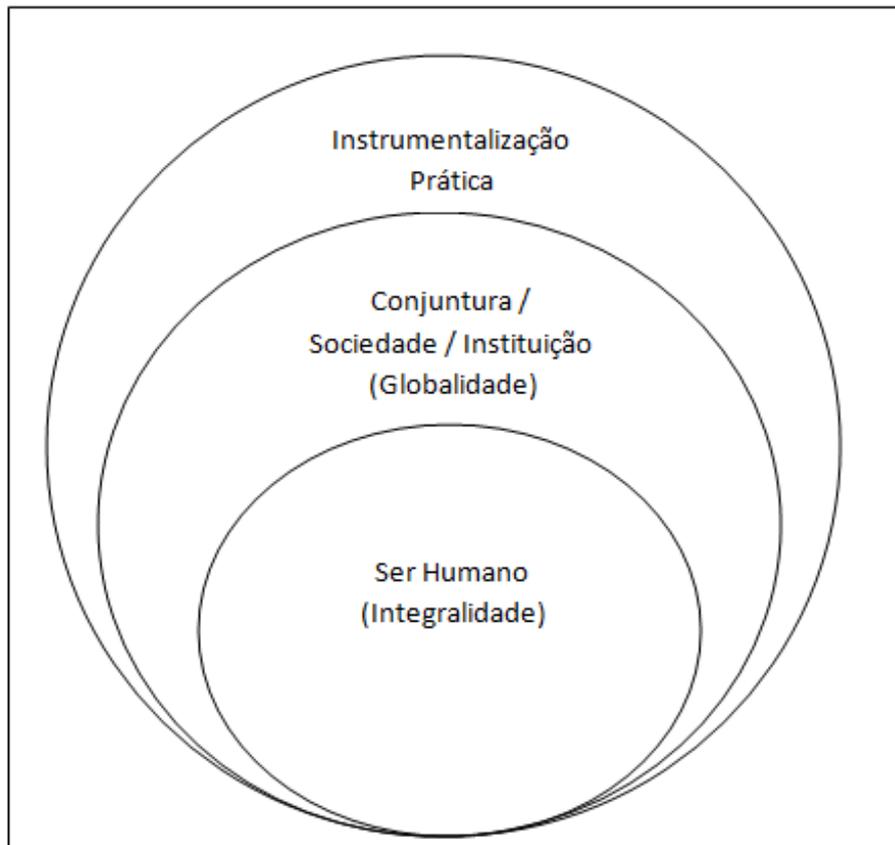
6.3 Aspectos metodológicos da Pedagogia Social

O termo metodologia é designado para o estudo dos métodos, dos caminhos necessários para percorrer a fim de alcançar determinados objetivos, metas, finalidades, e dos diferentes passos do processo de teorização da prática pedagógica (GRACIANI, 2014).

Dentre os princípios fundamentais da metodologia proposta pela Pedagogia Social encontram-se o entendimento do conhecimento como um processo constitutivo contínuo; a prática social como fonte privilegiada, mas não única, do conhecimento em todas as dimensões, articulações e inter-relações; o educando como sujeito do processo de construção do conhecimento e o favorecimento de suas capacidades para o pleno exercício da participação democrática (GRACIANI, 2014, p. 44).

Nesse sentido, a proposta metodológica da Pedagogia Social está centrada o educando. Conhecimentos relativos ao seu corpo, à saúde individual e ambiental, ao universo psicológico, intuitivo, perceptivo e conhecimentos relacionados com sua cultura, são conhecimentos valorizados e trabalhados na Pedagogia Social.

Figura 2: Dimensões Basilares da Pedagogia Social



Fonte: (GRACIANI, 2014, p.45)

Conforme exposto na figura 2, a metodologia da Pedagogia Social é centrada no indivíduo e baseada na proposta de desenvolvimento de seus potenciais, possibilitando soluções e práticas mais abrangentes a partir do estabelecimento entre o que se é, o que se sente e o que se faz.

A Pedagogia Social atua, portanto, como uma matriz disciplinar que, partindo do pressuposto que reconhece o potencial que a pluralidade teórico-metodológica representa para os processos de produção de conhecimento pedagógico e, conseqüentemente, no aperfeiçoamento dos sistemas conceituais e tecnológicos que suportam as ações profissionais de educadores em diversos cenários socioeducativos, se inscreve no âmbito geral da Pedagogia, cuja especialidade recai em reflexões e práticas que enfatizam o caráter social e socializador da formação humana (GRACIANI, 2014).

6.3.1 O Projeto Político-Pedagógico

No conceito de Vasconcellos, o Projeto Político Pedagógico:

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição nesse processo de transformação (2006, p. 169).

Para o autor o projeto implica a expressão das opções da instituição, do conhecimento e do julgamento da realidade. Sendo assim, ele toma forma de um instrumento teórico metodológico a ser disponibilizado e utilizado por aqueles que buscam mudanças.

Na perspectiva de Graciani (2014), na Pedagogia Social, o projeto político pedagógico refere-se a uma educação que abrange todos os campos da realidade natural e humana, bem como suas dimensões existenciais, tendo como prioridade a vida cotidiana em sua luta pela sobrevivência, encontrada no trabalho e não nos estudos, isso porque muitos dos educandos envolvidos neste processo não se encontram em escola formal.

Todo projeto pressupõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores a autores. (GADOTTI, 1994 *apud* VEIGA 2001, p.12).

Nessa perspectiva, o projeto político pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos e ideias, busca um rumo e uma direção com uma ação intencional. É construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo das instituições.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento balizador para o fazer educacional, serve para direcionar a gestão e as atividades educacionais de forma descentralizadora. Com isso há como finalidades:

- Resgatar a intencionalidade da ação (marca essencialmente humana), possibilitando a (re)significação do trabalho; superar a crise de sentido;
- Ser um instrumento de transformação da realidade; resgatar a potência da coletividade; gerar esperança;
- Dar um referencial de conjunto para a caminhada; aglutinar pessoas em torno de uma causa comum; gerar solidariedade, parceria;
- Ajudar a construir a unidade (e não a uniformidade); superar o caráter fragmentário das práticas em educação, a mera justaposição. Possibilitar a continuidade da linha de trabalho na instituição;
- Propiciar a racionalização dos esforços e recursos (eficiência e eficácia), utilizados para atingir fins essenciais do processo educacional;

- Ser um canal de participação efetiva, superar as práticas autoritárias e/ou individualistas. Ajudar a superar as imposições ou disputas de vontades individuais, na medida em que há um referencial construído e assumido coletivamente;
- Diminuir o sofrimento: aumentar o grau de realização / concretização (e, portanto, de satisfação) do trabalho;
- Fortalecer o grupo para enfrentar conflitos, contradições e pressões, avançando na autonomia (caminhar com as próprias pernas) e na criatividade (descobrir o próprio caminho);
- Colaborar na formação dos participantes (VASCONCELLOS, 2006, p. 20-21).

Enquanto possibilita a melhor definição de instituição e a abertura de horizontes, favorece para uma estabilidade e um comprometimento, auxiliando na definição de linhas e metas claras para uma educação democrática de qualidade. Vasconcellos (2006) ainda destaca que na Pedagogia Social, espera-se que ele seja capaz de proporcionar momentos de reflexão, abra novos horizontes, contribuindo para uma formação consistente, para o crescimento integral do ser humano.

Para Graciani, o projeto político pedagógico na Pedagogia Social abrange os seguintes aspectos:

Considera os vários saberes: o saber portado pelos sujeitos do processo educativo é o alavancador da aprendizagem de educadores e educandos, que alternam seus lugares na produção do conhecimento [...].

Exige incorporação da matriz cultura: a maioria das práticas educativas isola, não valoriza ou se omite em relação à identidade cultural do grupo em que atua [...]. A ênfase dada à identidade cultural significa reconhecer o pluralismo social a ser garantido na dimensão democrática das relações sociais entre os sujeitos do processo educativo [...].

Exige um processo investigativo permanente: o conhecimento é considerado sempre como inacabado e provisório, passível de mudanças paradigmáticas permanentes ao longo das civilizações, nutrido pela atitude investigativa e inquietadora do educador social [...].

Requer atenção ao cognitivo, ao afetivo e à corporeidade: a ênfase dada ao conjunto das necessidades de aprendizagem se prende a três aspectos fundamentais: o cognitivo, o afetivo e a corporeidade de forma integral. O desenvolvimento do raciocínio, da comparação, da compreensão, da associação, das relações de vínculo, do afeto [...]. As estratégias deverão propiciar a criação de hábitos, limites, percepção de objetos e pessoas e situações de análise, avaliação e intervenção na realidade por meio da linguagem, do raciocínio lógico matemático, da relação espacial, musical, cinético corporal, interpessoal e intrapessoal.

Compõe-se de planejamento participativo, trabalho coletivo e avaliação emancipatória: [...] o planejamento participativo é entendido como o conjunto de ações feitas e refeitas pelo grupo de educadores participantes, com características integradoras, estratégias interdisciplinares e metas preestabelecidas. Tudo é feito a partir do trabalho coletivo, no qual cada participante mantém a sua individualidade contribuído com a construção da totalidade [...]. A avaliação emancipatória, por sua vez, constitui-se de um processo de julgamento de todas as etapas do desenvolvimento do trabalho educativo, de forma crítica e criativa, lendo e relendo as práticas pedagógicas e os processos de aprendizagem e ensino [...] (2014, p. 51 - 52).

Nesse sentido, na Pedagogia Social o projeto político pedagógico, além de provocar a integração e interação dos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem, possibilita conhecimentos e reflexão, abre novos horizontes, colaborando para a formação consciente e o crescimento integral do indivíduo, atuante no meio social.

6.3.2 O papel da ação e pesquisa

Partindo da realidade do educando, o educador social deve buscar na pesquisa um instrumento que explique sua prática pedagógica, por meio de fundamentos. Graciani (2014) corrobora com esta afirmação ao destacar a pesquisa - ação como um instrumento, onde o educador pode apropriar-se da sua ação pedagógica, podendo transformá-la e aprimorá-la para que nela participem sujeitos construtores de novos saberes.

(...) a ação – pesquisa se apresenta como uma ação estratégica para o processo educativo e para o desenvolvimento autônomo e independente de todos os participantes, uma vez que há uma contribuição concreta para os problemas práticos dos indivíduos, dos grupos, da organização ou da própria comunidade onde se desenvolve a pesquisa (GRACIANI, 2014, p.55).

A partir dessa afirmação, pode-se considerar a pesquisa – ação como um processo de trabalho estratégico, uma dinâmica elucidativa do trabalho pedagógico que parte da própria realidade sociocultural do educador.

Os gestores também possuem um importante papel na pesquisa – ação, isso porque sua função não se resume apenas à administração do estabelecimento de ensino, mas a de um agente responsável por mudanças. Sendo assim, ele deve ser um incentivador da instituição social, trabalhar de forma integrada, incentivando e auxiliando todos que estão envolvidos na instituição (HORA, 2007).

Entre as diversas funções do gestor dentro de uma organização, Luck (2011) destaca que ele deve alargar os horizontes das pessoas que atuam na instituição educativa, estabelecer uma visão empreendedora e proativa na ação conjunta para a realização dos objetivos educacionais, criar e manter um ambiente favorável e propício para o trabalho a ser desenvolvido, motivar seus colaboradores no envolvimento em processos socioeducacionais cada vez mais efetivos, dinamizar um processo de comunicação e relacionamento interpessoal aberto, dialógico e reflexivo.

6.3.3 A ludicidade e o brinquedo

O lúdico tem sua origem na palavra latina “ludus” que quer dizer jogo. Se achasse confirmado sua origem, o termo lúdico estaria se referindo apenas ao brincar, ao jogar, ao movimento espontâneo. O lúdico passou a ser reconhecido como traço essencial de psicofisiologia do comportamento humano e é deste modo que a definição deixou de ser um simples sinônimo de jogo. As implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo (ALMEIDA, 2003).

Ainda conforme o conceito de Gomes (2004), a ludicidade é uma dimensão da linguagem humana e possibilita a expressão do sujeito criador que se torna capaz de dar significado à sua existência, ressignificar e transformar o mundo. A ludicidade é uma possibilidade e uma capacidade de brincar com a realidade ressignificando o mundo.

Em seus estudos, Friedman (2012) acredita que a principal preocupação das instituições deveria ser a de propiciar a todos os alunos um desenvolvimento integral e dinâmico. É de fundamental importância que os conteúdos correspondam aos conhecimentos gerais dos educandos, a seus interesses e necessidades, além de desafiar sua inteligência. Para ajudar os indivíduos a atingir níveis mais elevados do desenvolvimento afetivo, físico, social e cognitivo, deve-se encorajar a autonomia e o pensamento crítico independente. Para que isso se concretize, o autor acredita que a atividade lúdica seja uma alternativa significativa e importante.

O lúdico se revela como um fator imprescindível para a educação, uma vez que permite um espaço onde os educandos podem resistir à tentativa de serem moldadas socialmente (GRACIANI, 2014).

A utilização do lúdico na educação prevê o uso de metodologias agradáveis e adequadas às crianças, e fazem com que o aprendizado aconteça dentro do seu próprio mundo, respeitando as características próprias que ela possui. Para tanto, o professor mediador deste conhecimento, é capaz de transformar e desmistificar conceitos prévios, atuando junto aos problemas sociais e possibilitando a construção de cidadãos críticos (MIRANDA, 2001).

Na Pedagogia Social a ludicidade contribui para que os espaços se tornem socializadores dos aprendizes. Graciani (2014) destaca que a cultura criada e recriada pelos grupos sociais, permite com que a diversidade seja expressa, vivida, discutida e reconhecida no jogo das interações que vão sendo definidas de acordo com os interesses de cada grupo.

O brinquedo é um suporte ao imaginário, ao faz de conta, possibilitando representações. É um objeto facilitador do desenvolvimento das atividades lúdicas, que desperta a curiosidade, exercita a inteligência, permite a imaginação e a invenção (ALVES; SOMMERHAIDER, 2011, p. 84).

O brinquedo tem o objetivo de satisfazer os desejos imediatos da criança, é um portador de significados que remete a elementos do imaginário. Isso significa que uma vassoura pode virar um brinquedo utiliza sua criatividade e imaginação, dando à ela uma intenção lúdica.

Conforme Brougère (2010), o brinquedo é um objeto portador de significados, remete a elementos legíveis do real ou do imaginário das crianças. Neste sentido, o brinquedo é dotado de forte valor cultural, rico de significados que permitem compreender determinada sociedade e cultural.

Na perspectiva de Graciani (2014), o brinquedo é a linguagem metafórica das crianças, com ele a criança desvela seus sentimentos, hábitos, atitudes e emoções, resistindo ao mundo dos adultos, desembocando em uma percepção precisa do cotidiano.

Assim, o brinquedo está intimamente ligado e faz parte do universo lúdico da criança. É por meio dele que a criança tem a oportunidade de se desenvolver, pois além da curiosidade, da autoconfiança e da autonomia estimuladas, ainda desenvolve a linguagem, a concentração e a atenção (GRACIANI, 2014).

7 A AFETIVIDADE NO CONTEXTO DA PEDAGOGIA SOCIAL

A afetividade é um componente que precisa ser considerado no processo de ensino – aprendizagem, de maneira especial na Pedagogia Social, uma vez que tem profunda influência sobre o desenvolvimento intelectual e é um processo que orienta e cria significado para a aprendizagem.

Para que os alunos recordem melhor ou exercitem mais o pensamento, é necessário fazer com que essas atividades sejam emocionalmente estimuladas. As experiências e as pesquisas têm mostrado que um fato impregnado de emoção é recordado e ainda mais sólido, firme e prolongado que um feito indiferente, assim, ao comunicar algo ao aluno, é necessário afetar seu sentimento. A emoção não é uma ferramenta menos importante que o pensamento (VYGOTSKY, 2003).

É evidente a contínua presença da afetividade nas interações sociais, além da sua constante influência nos processos de desenvolvimento cognitivo. Nesse sentido, pode - se pressupor que as interações que acontecem nas instituições educativas, também são assinaladas pela afetividade em todos os seus aspectos.

A afetividade é a dinâmica mais profunda e complexa que o ser humano pode participar. Inicia-se a partir do momento em que o sujeito se liga a outro pelo amor. É um sentimento único que quando transmitido adequadamente, proporciona ao sujeito uma vida plena e equilibrada (SALTINI, 2008).

O afeto constitui-se no elemento básico da afetividade humana:

É um conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhadas sempre de impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou tristeza (CODÓ; GAZZOTTI, 1999 *apud* BEZERRA, 2006, p. 21).

Diretamente ligada à emoção, a afetividade consegue determinar o modo com que as pessoas visualizam o mundo. A presença ou a ausência do afeto determina a forma com que um indivíduo desenvolverá. Também determina a autoestima do indivíduo a partir da infância, pois quando uma criança recebe afeto, consegue crescer e desenvolver com mais segurança e determinação.

De acordo com Rossini (2011, p. 10), “a afetividade é essencial para que haja o pleno desenvolvimento das características do ser humano, ela que domina todas as ações do sujeito.” O afeto tem profunda relação entre os sujeitos, é na interação afetiva com o outro, que cada sujeito intensifica sua relação consigo mesmo, observa seus limites e ao mesmo

tempo, aprende a respeitar os limites do outro. É por meio da afetividade que se forma pessoas felizes, éticas, seguras e capazes de conviver com o mundo que a cerca.

Saltini, afirma que:

As escolas deveriam entender mais de seres humanos e de amor do que de conteúdos e técnicas educativas. Elas têm contribuído em demasia para a construção de neuróticos por não entenderem de amor, de sonhos, de fantasias, de símbolos e de dores (2008, p.16).

Para que os objetivos educacionais sejam alcançados na Pedagogia Social, é necessário reconhecer as necessidades afetivas dos educandos, uma vez que não são somente os aspectos cognitivos que devem ser privilegiados para o bom andamento da aprendizagem. Em qualquer circunstância, o melhor caminho para a aprendizagem é o afeto, visto que ele é um agente facilitador no âmbito educacional.

Graciani (2014) destaca que na Pedagogia Social é necessário transformar e solidificar novas relações sociais, rompendo com a cultura da institucionalização e fortalecendo o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos afetivos. A manutenção dos vínculos é fundamental para o desenvolvimento saudável do indivíduo e iniciativa primordial para que se faça possível reverter as situações desestruturantes não somente em seu grupo social, mas também na comunidade onde vivem.

Cuidar é uma ação complexa que envolve diferentes fazeres, gestos, precauções, atenção, olhares. É muito importante que o cuidar seja tecido na relação entre sujeitos que estabelecem intimidade: o professor e as crianças. Assumir a intrínseca relação entre educar e cuidar é um importante princípio para a definição de práticas educativas. Envolve acolher a criança nos momentos difíceis, orientá-la quando necessário, apresentar-lhe o que há de encantador no mundo (...), e muito mais, de modo a enriquecer a trajetória de cada criança e ajudá-la a construir sua história pessoal (OLIVEIRA et al., 2012, p. 57).

Entende-se que o cuidado, não se distingue das atividades pedagógicas. É também uma atividade que alimenta a imaginação, dá suporte para a elaboração de sentimentos complexos, de emoções e afetos que acolhem a criança. Cabe ressaltar que na Pedagogia Social, haverá inúmeras interações, nas quais a afetividade está presente. Assim as instituições precisam proporcionar um espaço de reflexões sobre a vida do aluno como um todo, colaborando para o desenvolvimento de uma consciência crítica e transformadora, na qual esse processo não pode dissociar-se da afetividade.

Se há no espaço educativo um novo mundo a ser descoberto, o educando precisa do afeto para se sentir seguro e lidar com novos desafios. Para Silvia (2013), *apud* Pereira (2013 p. 42), “se não tiver segurança afetiva, ele se encolhe, se protege e não se lança à aventura da

brincadeira e da expressão. Ele vai se retrair e não vai se envolver, o que afeta seu aprendizado a curto e longo prazo.” Para se desenvolver, o indivíduo precisa se sentir confiante e protegido para poder arriscar e errar.

8 O EDUCADOR SOCIAL COMO UM MEDIADOR SOCIAL

No Brasil e no mundo existe um profissional da educação que trabalha no enfrentamento de questões sociais na especificidade da prática educativa social, conhecido como educador social.

Essa profissão, no país, foi se constituindo no seio da educação popular, e depois da educação social, cujo fim era o trabalho com as populações marginalizadas por meio da implementação das políticas sociais que têm a educação como uma das ações de reintegração social (MULLER, 2017, p. 85).

A autora reforça que o educador social é um profissional inserido em diversos contextos sociais: organizações não governamentais (ONGs), sistema penitenciário e socioeducativo, creches, asilos, escolas, hospitais, entre outros.

Em seus estudos Graciani caracteriza o educador social como:

[...] um mediador do diálogo do educando com o conhecimento. Assumindo a intervenção e a diretividade do processo educativo, ele revê a diferença entre o seu saber e o saber do educando, compreendendo-se com a assimetria inicial e caminhando na direção de diminuir gradativamente essa diferença (2014, p. 25).

Por meio de uma proposta transparente de trabalho pedagógico, o educador social será um pesquisador, investigador que estuda, propõe, organiza, intervém e testa constantemente seu referencial teórico, com sensibilidade política, articulação social e participação comprometida. Graciani (2014) afirma que o educador social possui como objetivo desafiar o aprendiz a aprender a pensar, a elaborar e criar conhecimentos, resgatando sua autoconfiança na capacidade de aprender com êxito e prazer.

O educador social deve ser um agente transformador que possibilita aos seus alunos a construção do saber e da autonomia. Marques (2014) faz referência à importância de um educador consciente sobre sua prática pedagógica. Graciani (2014) também destaca a importância do educador social, ao afirmar seu papel como um agente multiplicador, ou seja, formador de formadores. Para o autor, a metodologia do educador social não está restrita em técnicas e métodos, mas em um processo de construção de conhecimentos que se apropria criticamente da realidade para poder transformá-la.

O educador social é aquele agente que mostra ao aluno sua importância na sociedade como ser pensante, é aquele que tem discernimento que é um mediador e que todos têm um importante papel a cumprir. É também aquele que vai escutar e compreender porque, muitas vezes, em casa, esse aluno nem foi notado (PÁDUA et al, 2013).

Com o intuito de despertar as potencialidades intrínsecas de emancipação, onde os educandos reaprendam o seu desenvolvimento tanto como pessoas quanto cidadãos, o educador social torna-se o agente central do desenvolvimento das ações educativas que promoverão essa transformação (GRACIANI, 2017).

De acordo com Nunes (2002) *apud* Muller (2017) o educador social oferece possibilidades para uma “porta que se abre ao mundo; como ofertas sociais que brindam algo de herança do velho legado, e também algo de novo”. Para isso é necessário refundar práticas educativas como eixos em torno dos quais se sustentam novas políticas, que acompanham os novos tempos.

Considerando a Pedagogia Social como um processo não linear, o educador social precisa estar imbricado e envolvido com este processo, participando da construção coletiva do conhecimento, assumindo-o conscientemente e concretizando-o com autonomia e criatividade juntamente à comunidade onde atua, sem jamais se perceber como mero executor de um modelo imposto com um receituário pronto (GRACIANI, 2014).

Atualmente é inevitável fechar os olhos para a camada social desprovida de oportunidade e para o documento universal que reza sobre os direitos humanos, que nem sempre se cumprem. Embora vive-se em uma época de profundas transformações, ainda é necessária muita luta para a efetivação e o reconhecimento dos projetos sociais. Garrido, Caro e Evangelista (2011) apontam que nestes cenários, a formação do profissional “Educador Social” é uma proposta que vem ganhando espaço os congressos e eventos.

Garrido, Caro e Evangelista (2011) acreditam na importância da formação de professores, para que sejam capazes de desenvolver ações e pesquisas voltadas para a complexidade de conflitos e problemas que permeiam as relações sociais. Para que o educador social possa intervir de maneira adequada, ele necessita de formação específica.

Embora o trabalho do educador social seja bastante amplo e abrangente, ainda não existe uma formação específica. O profissional social desempenha funções que vão desde ações pedagógicas, intervenções sociais e orientações e aconselhamento. Todavia, a educação social ainda não tem seu reconhecimento legal (GARRIDO; CARO; EVANGELISTA, 2011).

Em relação à formação do educador social, Carvalho e Baptista (2004) ratificam que ela deve ser uma formação continuada, para que a prática do educador social evolua de acordo com a sensibilidade das situações e dos desafios que sucessivamente vão surgindo. A formação continuada deverá ser a vivência consequente de atitudes que lhe permitam

partilhar a curiosidade, fruir a descoberta, organizar as iniciativas, evoluir, promover-se, para que sua formação ajude a formar os educandos.

No caso concreto dos educadores sociais, acontece que estes têm que estar preparados para adquirirem novas competências de acordo com aquelas que são as exigências sempre renovadas da própria sociedade, sob pena de sua atividade perder todo o sentido. É totalmente impossível contemporizar a ação de um educador social com o seu eventual defasamento relativamente à realidade social que o envolve e percorre de uma forma aguda (CARVALHO; BAPTISTA, 2004, p. 25).

Nesse sentido, espera-se que o educador social, além de possibilitar a aprendizagem, promova a autoestima do educando, o sentido da relação e a responsabilidade do aluno, imponha novos tipos de aprendizagens socioeducativas e, sobretudo, acompanhe as crescentes transformações da sociedade e os anseios dos indivíduos.

9 O EDUCADOR SOCIAL E A CONTRIBUIÇÃO DE PAULO FREIRE

Paulo Freire, um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX, possui como uma de suas bases o diálogo que possibilita a conscientização com o objetivo de formar cidadãos transformadores da ordem social.

Para Freire (1996, p. 23) "quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender" e é por isso que há necessidade permanente de um envolvimento em que o educador instiga e é mediador do conhecimento do aluno, fazendo perceber e se assumir como ser social de direitos e deveres na sociedade. Como mediador, o educador social entende que este processo direta ou indiretamente coopera na construção de um mundo melhor e humano, e que o importante é que este indivíduo se sinta aberto e livre às diversas escolhas, mas sempre consciente que todas elas devem ser seguidas com responsabilidade. A essência está em preparar esse aluno para enfrentar a vida, visualizar problemas e resolvê-los.

De acordo com Graciani (2014) Paulo Freire sempre teve claras convicções sobre o papel do educador e da educação. Para ele, a educação tem uma natureza social, histórica e política e por esse motivo o educador social deve assumir a sua politicidade como compromisso primordial em relação à transformação social. Assumir a politicidade destacada por Paulo Freire exige que o educador social assuma uma posição, uma atitude diante de fatos e acontecimentos cotidianos, com senso crítico e discernimento junto aos seus educandos em diferentes tempos e espaços.

A importância substantiva e consistente do educador social é apoiar seus educandos na descoberta de caminhos e com eles abrir novos atalhos frente à amplitude do conhecimento, com novas posturas e atitudes coerentes diante dos limites, disciplinas e regras que podem ser construídos no coletivo, a partir da discussão franca e espontânea de todos, com a participação democrática efetiva (GRACIANI, 2014, p. 34).

Sendo assim, Freire considera que a aprendizagem cidadã é caracterizada por valores, direitos e deveres que a civilização construiu ao longo do tempo de sua história e é desenvolvida por meio do diálogo, caracterizando-se por contradições.

O educador que pratica a Pedagogia Social enxerga além de interesses individuais, priorizando dimensões coletivas fazendo da educação uma troca, considerando bagagem, cultura, saberes, valores e realidades; permitindo leitura, releitura e compreensão do seu eu, do seu espaço e de tudo que acontece ao seu redor, tornando-se nesta leitura mais crítico, perceptivo, criativo e maduro, é realmente ser mediador, criador de possibilidades.

“Assumindo-se como sujeito também na produção do saber, se convencendo definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 22).

Conforme Pádua et al. (2013), Paulo Freire sempre defendeu a importância do processo educativo considerar os saberes dos educandos. Para o estudioso a realidade dos alunos deve estar vinculada ao processo educativo e a prática educativa vinculada à afetividade, a luta por dignidade, transformação e política.

Na perspectiva freiriana, Graciani (2014, p. 35) relata que “o educador social precisa conhecer e compreender o que significa ensinar e o que é prática de ensino.” O educador precisa se indagar, esforçar para desvelar a realidade com os seus educandos, sem deixar de lado os conteúdos da politização.

10 CONCLUSÃO

A Pedagogia Social considerada educação não formal é valorizada por ser somatória à educação formal. Seu papel é formar o indivíduo como um todo, partindo de interações, conhecimentos, curiosidades até chegar a uma aprendizagem significativa, consolidada e sociável. Suas práticas fundamentam-se com o compromisso com a realidade social e interferem de maneira expressiva na comunidade onde está inserida.

A pedagogia social reconhece o educando como eixo central do processo, isto é, os princípios pedagógicos partem da realidade de cada educando considerando seu saber, seus valores e crenças, suas experiências, seus conflitos e aproveitando a oportunidade educativa para interpretar o mundo humanamente construído com elementos essenciais da cultura universal.

Enquanto Gestor de uma Instituição Social regida pela Política Pública do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a concretização dessa pesquisa proporcionou-me um conhecimento sistematizado sobre a Pedagogia Social enquanto instrumento viabilizador de uma educação que transforma e proporciona aos educandos a dignidade de vida e a emancipação consciente dentro do contexto de vulnerabilidades e riscos sociais das quais são vítimas.

Além disso, essa pesquisa possibilitou-me, a partir do conhecimento estabelecido, a cultivar maior valorização da Pedagogia Social, demonstrando o seu reconhecimento científico enquanto modalidade educativa que viabiliza o processo de ensino e aprendizagem de forma significativa e transformadora.

Em vista disso essa investigação se apresenta como um trabalho de grande relevância social, trazendo contribuições consideráveis para futuras pesquisas na área acadêmica e auxiliando na promoção do conhecimento de pessoas que também atuam no contexto da Pedagogia Social. Ademais, após destacado os inúmeros benefícios da Pedagogia Social para alcançar uma educação transformadora, a temática abordada poderá auxiliar para o desenvolvimento dessa prática em outras instituições sociais.

Essas contribuições fundamentam-se na visão totalizadora da Pedagogia Social enquanto instrumento integrador de uma educação transformadora, na qual, conforme Behrens (2005), os educandos adquirem as competências de serem questionadores, investigativos, criativos, pesquisadores, sistêmicos, talentosos, relacionais, éticos, competentes, emocionais, cidadãos, corresponsáveis, dinâmicos, inconclusos, complexos, capazes de produzirem conhecimentos e viverem no coletivo. E os educadores sociais como

sujeitos mediadores, instigadores, políticos, colaboradores, pesquisadores, problematizadores, que superam as fragmentações, são orquestradores da construção do conhecimento, buscam diálogo e possuem uma relação horizontal com o educando.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. N. de. **Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. Ipiranga, São Paulo: Loyola, 2003.
- ALVES, F. D. SOMMERHALDER, A. **Jogo e a Educação Infantil**. Curitiba: CRV, 2011.
- BAPTISTA, I. **Cadernos de Pedagogia Social: Educação e Solidariedade Social**. Lisboa – Portugal: Universidade Católica Editora, 2008.
- BATISTA, S. S. dos S. Teoria Crítica e teorias educacionais: Uma análise do discurso sobre educação. **Scielo**, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4213.pdf>>. Acesso em: 10 nov.2018.
- BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 2. Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- BEZERRA, R. J. L. A afetividade como condição para a aprendizagem: Henri Wallon e o desenvolvimento cognitivo da criança a partir da emoção. **Revista Didática Sistemica**, Rio Grande-RS, V. 4, p.20, jul./dez. 2006.
- BOLORINO, E. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal Secretaria Especial De Editoração E Publicações Subsecretaria De Edições Técnicas, 2005.
- CALIMAN, G. Fundamentos teóricos e metodológicos da Pedagogia social na Europa (Itália). In: MOURA, R., NETO, J. C. S. e SILVA, R.(Orgs). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2009.
- CARIDE, J. A. **LasFronteras de la Pedagogia Social**. Editora Gedisa. Barcelona, 2005.
- CARVALHO, A. D. de; BAPTISTA, I. **Educação Social: fundamentos e estratégias**. Portugal: Porto Editora, 2004.
- DÍAZ, A. S. Uma Aproximação à Pedagogia-Educação Social. **Scielo**, Lisboa, n. 7, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502006000100006>. Acesso em: 29 nov. 2018.
- FREIDMANN, A. **O brincar na Educação Infantil: observação, adequação e inclusão**. São Paulo: Moderna, 2012.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à pratica educativa**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não-formal**. 2005. Disponível em:<http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/1lpt/A_a_H/estrutura_politica_l/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf> Acesso em 15 Ago. 2017.

GARRIDO, N. de C.; SILVA, O. M. da; EVANGELISTA, F. **Pedagogia Social: educação e trabalho na perspectiva da pedagogia social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011.

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

GOHN, M. da G. Educação não formal e o educador social. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, n. 19, p. 121-140, 2º sem. 2008.

_____. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **SciELO**.Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.,Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

GOMES, C. L. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, L. R. TEORIA CRÍTICA DA EDUCAÇÃO: experiências atuais de pesquisa no Brasil e na Alemanha. **SciELO**, 2015. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/comunicacoes/article/viewFile/2478/1643>>. Acesso em: 15 out. 2018.

HORA, D. L. **Gestão Democrática na escola**. 14. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 2005.

LUCK, H. **Liderança em gestão escolar**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba:Positivo, 2009.

MACHADO, É. R.; RODRIGUES, M. de F.; SEVERO, J. L. R. de L. Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social no Brasil: entrecruzamentos, tensões e possibilidades. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v.3, n.1, p. 1120,out. 2014

MARQUES, S. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

MARTIN, R. L. **Fundamentos de laEducación Social**. Madrid: Síntesis, 2001.

MARTINS, E. B. C. **A política de educação brasileira uma leitura sob a óptica do serviço social** São PauUNESP, 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/d4swh/pdf/martins-9788539302437-06.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2020.

MIRANDA, S. de. **Do fascínio do jogo à alegria de aprender nas séries iniciais**. São Paulo: Papirus, 2001.

MULLER, V. R. **Pedagogia Social e Educação Social: Reflexões sobre as práticas educativas no Brasil, Uruguai e Argentina**. Curitiba: Appris, 2017.

OLIVEIRA, B. C.; DIAS, C. S. **Educação não formal:** instrumento de libertação e transformação? Revista Científica da FHO|UNIARARAS V. 5, p.03, n. 2/2017.

OLIVEIRA, Z. R. de. **O trabalho do professor na Educação Infantil.** São Paulo: Biruta, 2012.

PÁDUA, G. L. D. de. et al. **Pedagogia Social.** Curitiba:InterSaberes, 2013.

PEREIRA, P. Meu melhor amigo. **Ei_ Educação Infantil,** São Paulo, n.7, p. 40-43, out./dez.. 2013

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da Educação.** 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ROSSINI, M. A. S. **Pedagogia Afetiva.** Petrópolis: Vozes, 2011.

SALTINI, C. J. P. **Afetividade & Inteligência.** Rio de Janeiro: Walk, 2008.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 7. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola:** uma construção possível. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica.** Porto Alegre: Artimed, 2003.